

JORNAL DO BRASIL

Déficits

Públicos

Economia
Brasil

Estimativas feitas pelo economista Celso Martone, da Universidade de São Paulo, com base em dados do Fundo Monetário, indicam que os déficits públicos acumulados elevam-se a 13,8% do Produto Interno Bruto. Para chegar a esse resultado o economista considerou não apenas os déficits do Governo Federal — que respondem pela metade — mas ainda o dos Estados, Municípios e empresas estatais.

Ora, déficits no setor privado significam o fechamento das empresas ou o financiamento a taxas elevadas de juros; no setor público, o déficit é coberto por emissões de papel moeda, por financiamentos através de títulos do tesouro, por aumentos de impostos ou créditos externos.

Este primeiro divisor de águas já é suficiente para demonstrar como o descontrole nas finanças públicas pune de maneira desigual as duas pontas do sistema econômico: as empresas estatais, de um lado, e as particulares de outro.

Dessa forma, quando o Governo dá uma ênfase extraordinária aos problemas externos que colheram a economia brasileira, pode estar também, na realidade, jogando uma cortina de fumaça sobre as mazelas internas que agravaram a situação. Não seria correto dizer que a situação internacional não afetou o Brasil: fomos punidos nos preços do petróleo, nas taxas de juros e no estreitamento do mercado importador. Contudo, o que não se mediu até agora são as condições que o país teria para atravessar essas dificuldades com menos sofrimentos, se não sofresse a atual hipertrofia do setor público.

Comparações podem ser feitas entre *déficits* e *déficits*. O Governo americano, por exemplo, tem primado nos últimos exercícios por uma extraordinária capacidade para gerar déficits públicos. A diferença entre um *déficit* nos Estados Unidos e outro no Brasil reside na apropriação dos recursos: em larga medida, o governo americano recorre às empresas particulares para o suprimento de suas necessidades, enquanto em nosso caso os déficits estão realimentando empresas estatais com índices baixos de produtividade, governos locais que gastam a maior parte das verbas com despesas de custeio, fomentando o empreguismo, e municípios para os quais as transferências frequentemente se fazem com um caráter clientelista.

Todo esse quadro insere-se na moldura maior do conceito orçamentário: como e para que deve a União gastar os recursos que arrecada? Temos assistido, ao longo de mais de uma administração, à voracidade com que as verbas são sugadas por inúmeros canais públicos para aplicação em projetos que não se completam, ou, uma vez prontos, mostram-se inviáveis no curto prazo ou são simplesmente de um caráter econômico questionável, como a Ferrovia do Aço, o plano Nuclear e tantos outros.

Não cabe, pois, ao Governo continuar usando o pano de fundo da dívida externa para encobrir os problemas reais com os quais o país se defronta, e que nascem diretamente da má gestão dos dinheiros públicos dentro da própria economia brasileira. Antes de começar por fora, uma reforma do sistema deveria começar por dentro.